

Demonstrações Financeiras

Baguari Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	20
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	21
6. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO.....	21
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	22
8. FORNECEDORES.....	26
9. PROVISÕES.....	27
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	28
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	28
12. CONCESSÕES A PAGAR.....	28
13. ENCARGOS SETORIAIS.....	29
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
15. RECEITA.....	31
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	32
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	32
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	33
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	34
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	35
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	39
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Baguari Energia S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, era de R\$186.573 mil dividido em 13.078.650.139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e de 13.078.650.139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. (69,38%) e a Furnas Centrais Elétricas S.A. (30,62%).

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$44.778 mil em 2021, em comparação a R\$32.874 mil em 2020. O aumento do resultado deve-se, principalmente, ao reconhecimento do ganho com repactuação do risco hidrológico, no valor de R\$17.764 mil (vide nota explicativa nº 7).

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta foi de R\$86.844 mil em 2021, em comparação a R\$82.819 mil em 2020, um aumento de 4,86% decorrente, principalmente, do aumento da receita de suprimento a outras concessionárias.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$26.883 mil em 2021, em comparação a R\$24.008 mil em 2020, um aumento de 11,98% decorrente, principalmente, do reconhecimento em 2020 de recuperação de despesas no valor de R\$5.189 (vide nota explicativa nº 16).

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro em 2021 foi uma receita financeira líquida de R\$401 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R\$1.216 mil em 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo reconhecimento das despesas de variação monetária das condicionantes ambientais e pela redução da atualização do ativo de repactuação do risco hidrológico, parcialmente compensadas pelo aumento da renda de aplicações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$23.031 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 33,96% em relação ao lucro de R\$67.809 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente ao mesmo período em 2020, a Companhia apurou o montante de R\$16.899 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 33,95% em relação ao lucro de R\$49.773 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R\$78.502 mil (R\$59.583 mil em 2020) e a margem do LAJIDA foi de 102,58% no mesmo período (82,11% em 2020), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado	44.778	32.874	36,21
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	23.031	16.899	36,29
Depreciação e amortização	11.094	11.026	0,62
Resultado Financeiro	<u>(401)</u>	<u>(1.216)</u>	<u>(67,02)</u>
LAJIDA	<u>78.502</u>	<u>59.583</u>	<u>31,75</u>

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento de dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

No ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

- Ação de cadastro de economias (telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,
- Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,
- Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O Grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação (ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECs. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do Grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021, o Grupo Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pelo Grupo Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

Em 2021 foi concluída a implantação dos avisos sonoros (sirenes) na ZAS (zona de autossalvamento) previsto no Plano de Atendimento a Emergências (PAE), componente do Plano de Segurança de Barragem (PSB) da Uhe Baguari.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO, a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$44.778 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.239 mil para constituição de reserva legal;
- R\$21.270 mil para pagamento de dividendos estatutários; e,
- R\$21.269 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, e, em especial, à dedicação dos empregados dos acionistas controladores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	3.245	10.425
Títulos e valores mobiliários	4	57.535	41.199
Concessionárias e permissionárias	5	10.867	9.669
Tributos Compensáveis		107	107
Repactuação do risco hidrológico	6	-	2.052
TOTAL DO CIRCULANTE		71.754	63.452
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	11.834	9.264
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	152
Depósitos judiciais		23	22
Imobilizado	7	170.354	176.871
Intangível	7	35.852	22.070
Direito de uso		138	198
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		218.201	208.577
ATIVO TOTAL		289.955	272.029

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	720	1.894
Impostos, Taxas e Contribuições	10	922	972
Imposto de Renda e Contribuição Social	11a	11.869	12.385
Dividendos a pagar	14	21.270	15.615
Concessões a pagar	12	428	391
Provisões	9	5.938	5.622
Encargos setoriais	13	1.325	837
Passivo de arrendamento		63	80
Outras Obrigações		81	76
TOTAL DO CIRCULANTE		42.616	37.872
NÃO CIRCULANTE			
Concessões a pagar	12	3.135	2.870
Provisões	9	16.121	16.470
Encargos setoriais	13	750	1.115
Passivo de arrendamento		85	126
Imposto de Renda e Contribuição Social	11b	5.779	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		25.870	20.581
TOTAL DO PASSIVO		68.486	58.453
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	14	186.573	186.573
Reservas de Lucros		34.896	27.003
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		221.469	213.576
PASSIVO TOTAL		289.955	272.029

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	15	76.527	72.565
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda		(3.048)	(6.332)
Custos Repactuação do risco hidrológico		(2.920)	(2.794)
Encargos de uso da rede de transmissão		(3.275)	(3.043)
		(9.243)	(12.169)
CUSTOS DE OPERAÇÃO			
Serviços de terceiros		(6.513)	(6.990)
Depreciação e Amortização		(11.094)	(11.026)
Provisões (reversões)		105	(7)
		(17.502)	(18.023)
CUSTO TOTAL	16	(26.745)	(30.192)
LUCRO BRUTO		49.782	42.373
DESPESA OPERACIONAL	16		
Recuperação de despesas		-	5.189
Outras (despesas) receitas operacionais		(138)	995
		(138)	6.184
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	7	17.764	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		67.408	48.557
Receitas financeiras	17	3.978	2.168
Despesas financeiras	17	(3.577)	(952)
Resultado antes dos impostos		67.809	49.773
IR e Contribuição Social	18	(17.100)	(16.985)
IR e Contribuição Social Diferidos	18	(5.931)	86
RESULTADO DO PERÍODO		44.778	32.874
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$		1,7119	1,2568

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	44.778	32.874
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	44.778	32.874

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	186.573	9.744	15.334	-	211.651
Aprovação de dividendos adicionais Propostos 2019 (R\$0,5862 por lote de mil ações)	-	-	(15.334)	-	(15.334)
Resultado do Exercício	-	-	-	32.874	32.874
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					-
Constituição da reserva legal	-	1.644	-	(1.644)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,5970 por lote de mil ações)	-	-	-	(15.615)	(15.615)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,5970 por lote de mil ações)	-	-	15.615	(15.615)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	186.573	11.388	15.615	-	213.576
Aprovação de Dividendos adicionais propostos 2020 (R\$0,5970 por lote de mil ações)	-	-	(15.615)	-	(15.615)
Resultado do Exercício	-	-	-	44.778	44.778
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	2.239	-	(2.239)	-
Dividendos Obrigatórios (R\$0,8132 por lote de mil ações)	-	-	-	(21.270)	(21.270)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,8131 por lote de mil ações)	-	-	21.269	(21.269)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	186.573	13.627	21.269	-	221.469

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	44.778	32.874
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 18)	5.931	(86)
Repactuação do risco hidrológico (Nota 6)	2.052	2.202
Variação monetária – Concessão onerosa (Nota 17)	741	515
Depreciação e Amortização (Nota 7)	11.094	11.026
Provisões (Nota 16)	(105)	7
Juros Passivo de Arrendamento	20	25
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	(17.764)	-
Variação Monetária provisão condicionantes ambientais	2.572	-
Outros	-	(1.030)
	<u>49.319</u>	<u>45.533</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(1.184)	(477)
Tributos Compensáveis	-	(13)
Outros créditos	-	(87)
	<u>(1.184)</u>	<u>(577)</u>
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	(1.174)	1.148
Impostos, Taxas e Contribuições	(50)	203
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.640	24.026
Encargos setoriais	123	(17)
Concessões a pagar (Nota 12)	(439)	(419)
Provisões	(739)	-
Outras obrigações	5	2
	<u>14.366</u>	<u>24.943</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	62.501	69.899
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(17.156)	(23.821)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	45.345	46.078
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários	(18.906)	(5.767)
Imobilizado	(2.303)	(2.302)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(21.209)	(8.069)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(31.230)	(30.668)
Arrendamentos pagos	(86)	(88)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(31.316)	(30.756)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.180)	7.253
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	10.425	3.172
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	<u>3.245</u>	<u>10.425</u>
	<u>(7.180)</u>	<u>7.253</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), com cota-parte de 69,38%, e Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), com cota-parte de 30,62%, constituíram a Sociedade de Propósito Específico-SPE Baguari Energia S.A. (“Companhia”) em 03 de abril de 2008, sociedade anônima de capital fechado, na forma de subsidiária, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar ala A2, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131. O controle da Companhia é compartilhado entre Cemig GT e Furnas, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, majoritária ou minoritariamente, em especial no Consórcio UHE Baguari, do qual a Companhia detém 49%, constituído para a exploração do Contrato de Concessão da Usina Hidrelétrica Baguari, de nº 001/2006, com prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura.

A Companhia tem a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Hidrelétrica Baguari, a qual foi concedida em setembro de 2009, com validade até setembro de 2042.

A Usina Hidrelétrica de Baguari é um empreendimento localizado no Rio Doce, no estado de Minas Gerais, próximo à cidade de Governador Valadares. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce está situada na região Sudeste, compreendendo uma área de drenagem de cerca de 83.400 km², dos quais 86% pertencem ao estado de Minas Gerais e o restante ao estado do Espírito Santo (não auditados). Limita-se ao sul com a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, a oeste com a Bacia do Rio São Francisco, e, em pequena extensão com a do Rio Grande. Ao Norte, limita-se com a Bacia dos Rios Jequitinhonha e Mucuri e a noroeste com a Bacia do Rio São Mateus.

O aproveitamento é de 140 MW de potência instalada distribuídos em quatro grupos hidrogeradores, utilizando turbinas tipo Bulbo com potência unitária nominal de 35,9 MW, e energia assegurada de 84,7 MW-médios. (Não auditados)

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 11 de dezembro de 2015, através da Resolução Normativa nº 684, a Companhia optou pela Repactuação do Risco Hidrológico. A ANEEL autorizou a celebração do termo de repactuação através do Despacho nº 227, de 27 de janeiro de 2016. Os impactos financeiros estão demonstrados na nota explicativa nº 6.

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.932/2021.

Em 16 de novembro de 2021 foi protocolado na ANEEL o Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos Relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, visando a prorrogação do prazo da concessão da usina para março de 2046.

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 08.

Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou como pandemia a situação de disseminação da Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança de sua força de trabalho do Consórcio UHE Baguari, incluindo a restrição a viagens nacionais e internacionais, o uso de meios remotos de comunicação, a condição de *home-office* para todos os empregados próprios, o escalonamento de horário dos colaboradores terceirizados que prestam serviços contínuos na usina para reduzir aglomerações na planta e a exigência do uso de máscara para acesso e permanência na usina.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger sua liquidez, implementando ações de contingenciamento de investimentos e redução de despesas.

Tendo em vista que a receita da Companhia advém de contratos de venda no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a condição das restrições impostas pela pandemia não teve impacto, significativo, nestas demonstrações financeiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Concessionárias e permissionárias (Suprimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 7 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 9 – Provisões;
- Nota 12 – Concessões a pagar;
- Nota 15 – Receita (Suprimento não faturado de energia elétrica);

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Concessionárias e permissionárias

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

c) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes ao contrato de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

d) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências

identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

e) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de suprimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O suprimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no suprimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem a variação monetária e ajuste a valor presente de concessão onerosa e despesas bancárias.

h) Determinação do ajuste a valor presente - concessão onerosa

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre as obrigações oriundas de seu contrato de concessão onerosa. Foi utilizada taxa de desconto compatível com o custo de captação de recursos da acionista Cemig Geração e Transmissão S.A. em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, na estimativa da Administração, um percentual de 12,50% a.a., incluindo a inflação prevista.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas Bancárias	393	131
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	121	8.190
Overnight	2.731	2.104
TOTAL	3.245	10.425

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 99% a 100,50% do CDI em 2021 (entre 50% e 88,5% do CDI em 2020), conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 8,87% e 9,14 a.a. em 2021 (foi de 1,89% a.a. em 2020).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	3.371	6.696
Letras Financeiras - Bancos	47.514	25.458
Letras Financeiras do Tesouro	5.981	8.972
Debêntures	669	73
	<u>57.535</u>	<u>41.199</u>
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	11.671	8.960
Debêntures	163	304
	<u>11.834</u>	<u>9.264</u>
	<u>69.369</u>	<u>50.463</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 107,24% do CDI em 2021 (entre 106% e 110% do CDI em 2020), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variaram entre 105% e 130% do CDI em 2021 (entre 99,5% a 130% do CDI em 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variaram entre TR + 1% e 109% do CDI em 2021 e 2020.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Saldos Vencidos		Total	
	Não Faturado	Até 90 dias	Mais de 90 dias	2021	2020
Suprimento a Outras Concessionárias	7.630	2.601	452	10.683	9.433
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	184	-	-	184	250
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(14)
Total	7.814	2.601	452	10.867	9.669

6. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Em 3 de novembro de 2015, a Companhia optou pela Repactuação do Risco Hidrológico nos termos da Lei nº 13.203, de 9 de dezembro de 2015, através da Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e as condições da repactuação. A ANEEL autorizou a celebração do Termo de Repactuação através do Despacho nº 227, de 27 de janeiro de 2016.

A contrapartida desta Repactuação refere-se ao prêmio de risco a ser pago, juntamente com a cessão de direitos e obrigações à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeira Tarifária – CCRBT, considerando o fator f de 3, para a classe de produto SP97.

A Companhia deverá recolher mensalmente à CCRBT o resultado multiplicado do montante mensal de 37,73MW médios de energia vinculado aos contratos do 1º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos – LEN (Produto 2010 – H30), pelo Prêmio Unitário do produto SP97, de R\$6,50/MWh, referindo-se à data-base de janeiro de 2015. O valor do prêmio de risco unitário será reajustado em janeiro de cada ano a partir do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. O recolhimento do valor mensal se dará a partir de 1º de outubro de 2021.

Considerando as condições da repactuação do risco hidrológico, a Companhia mensurou os efeitos correspondentes entre janeiro de 2015 e setembro de 2021 e reconheceu o montante de R\$9.208 mil em 2015, acrescido da receita financeira de cada exercício e amortizado pelas parcelas referentes aos 12 meses de cada exercício, sendo registrado o ativo circulante e o ativo não circulante de acordo com o período de sua realização.

O saldo do ativo relacionado à repactuação do risco hidrológico realizada em 2015 é como segue:

	2021	2020
Repactuação do risco hidrológico	-	2.052
	-	2.052
Circulante	-	2.052
Não circulante	-	-

A movimentação do ativo de repactuação é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	2.052	4.254
Despesa	(2.178)	(2.794)
Atualização financeira	126	592
Saldo final	-	2.052

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação (%)	2021			2020		
		Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido
Imobilizado							
Em serviço		262.313	(98.307)	164.006	262.298	(89.487)	172.811
Terrenos, obras civis, benfeitorias e edificações	3,35	15.394	(5.602)	9.792	15.394	(5.085)	10.309
Reservatórios, barragens e adutoras	3,3	147.430	(53.333)	94.097	147.430	(48.465)	98.965
Máquinas e equipamentos	3,43	99.278	(39.253)	60.025	99.263	(35.839)	63.424
Veículos	14,29	106	(62)	44	106	(47)	59
Móveis utensílios	6,25	105	(57)	48	105	(51)	54
Em curso		6.348	-	6.348	4.060	-	4.060
Total do Imobilizado		<u>268.661</u>	<u>(98.307)</u>	<u>170.354</u>	<u>266.358</u>	<u>(89.487)</u>	<u>176.871</u>

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições	Transferências	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Imobilizado						
Em serviço	262.298	-	15	262.313	(98.307)	164.006
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	15.394	-	-	15.394	(5.602)	9.792
Reservatórios, barragens e adutoras	147.430	-	-	147.430	(53.333)	94.097
Máquinas e equipamentos	99.263	-	15	99.278	(39.253)	60.025
Veículos	106	-	-	106	(62)	44
Móveis utensílios	105	-	-	105	(57)	48
Em curso	4.060	2.303	(15)	6.348	-	6.348
Total do Imobilizado	266.358	2.303	-	268.661	(98.307)	170.354

	Valor bruto em 31/12/2019	Adições	Valor bruto em 31/12/2020	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado					
Em serviço	262.298	-	262.298	(89.487)	172.811
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	15.394	-	15.394	(5.085)	10.309
Reservatórios, barragens e adutoras	147.430	-	147.430	(48.465)	98.965
Máquinas e equipamentos	99.263	-	99.263	(35.839)	63.424
Veículos	106	-	106	(47)	59
Móveis utensílios	105	-	105	(51)	54
Em curso	2.531	1.529	4.060	-	4.060
Total do Imobilizado	264.829	1.529	266.358	(89.487)	176.871

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, na Resolução Normativa nº 674/15, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior à data de término da concessão, conforme estabelecido no Decreto nº 2003/96, que estabelece que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão.

De acordo com os arts. 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa

autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

A taxa média de depreciação em 2021 é de 3,36% a.a (3,33% a.a em 2020).

Intangível

	2021			2020		
	Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível						
Em serviço	40.675	(4.973)	35.702	24.686	(2.766)	21.920
Direito de exploração da concessão	1.912	(738)	1.174	1.912	(678)	1.234
Custos ambientais licença de operação	20.999	(4.175)	16.824	22.774	(2.088)	20.686
Ativos da Concessão - GSF	17.764	(60)	17.704	-	-	-
Em curso	150	-	150	150	-	150
Total do Intangível	40.825	(4.973)	35.852	24.836	(2.766)	22.070

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Intangível						
Em serviço	24.686	17.764	(1.775)	40.675	(4.973)	35.702
Direito de exploração da concessão	1.912	-		1.912	(738)	1.174
Custos ambientais licença de operação	22.774	-	(1.775)	20.999	(4.175)	16.824
Ativos da Concessão - GSF	-	17.764	-	17.764	(60)	17.704
Em curso	150	-	-	150	-	150
Total do Intangível	24.836	17.764	(1.775)	40.825	(4.973)	35.852

	Valor bruto em 31/12/2019	Adições	Valor bruto em 31/12/2020	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2020
Intangível					
Em serviço	1.912	22.774	24.686	(2.766)	21.920
Direito de exploração da concessão	1.912	-	1.912	(678)	1.234
Custos ambientais licença de operação	-	22.774	22.774	(2.088)	20.686
Em curso	150	-	150	-	150
Total do Intangível	2.062	22.774	24.836	(2.766)	22.070

O ativo intangível relacionado ao direito de exploração de concessão é amortizado pelo método linear, considerando o prazo remanescente do contrato de concessão, após a entrada em operação da usina.

Custos ambientais - licença de operação

Em janeiro de 2020, foi concedida ao Consórcio UHE Baguari a renovação da sua licença de operação com vigência de 10 anos. Assim, a Companhia registrou um ativo intangível, a ser amortizado pelo prazo de vigência da licença, em contrapartida ao reconhecimento de provisão referente ao custo estimado das condicionantes ambientais necessárias para manutenção da licença.

Em 2021, a Companhia reavaliou a estimativa dos custos ambientais e a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente, e aplicou o efeito do aumento da taxa de desconto na remensuração do passivo, em contrapartida a uma baixa no intangível (vide nota explicativa nº 9).

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga da Companhia, por meio da Resolução Homologatória nº 2.932/2021, prorrogando o prazo para março de 2046.

Em 12 de novembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para a usina do Contrato de Concessão da Companhia. Com essa aprovação, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$17.764.

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi registrado considerando-se os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, conforme apresentado na tabela abaixo.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Baguari Energia	17.764	14/08/2041	1.678	19/03/2046

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seu ativo intangível.

8. FORNECEDORES

	2021	2020
Encargos de uso da rede de transmissão	321	286
Suprimento de energia elétrica – CCEE	250	1.590
Materiais e Serviços	149	18
TOTAL	720	1.894

9. PROVISÕES

	2021	2020
Circulante		
Custos ambientais (a)	5.938	5.622
Não circulante		
Custos ambientais (a)	16.121	16.379
Trabalhistas (b)	-	91
Total	22.059	22.092

a) Provisões para custos ambientais

Conforme Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou provisão referente ao custo estimado das condicionantes ambientais necessárias para a manutenção da licença de operação concedida ao Consórcio UHE Baguari, devido à renovação da licença por mais 10 anos, em contrapartida ao ativo intangível reconhecido no mesmo período.

Em 2021, a Companhia reavaliou a estimativa dos custos ambientais e a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente. Em atendimento ao CPC 25, que estabelece que a taxa de desconto deve refletir as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia considerou como base da avaliação as taxas de mercado livre de risco de longo prazo disponíveis na economia brasileira. Considerando que a variação da NTN-B foi significativa, a Companhia aplicou o efeito do aumento da taxa de desconto na remensuração do passivo, em contrapartida ao intangível.

A movimentação do passivo é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.001
Variação Monetária	2.572
Pagamentos	(739)
Remensuração	(1.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.059

b) Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, há ações de natureza trabalhista no montante de R\$101 cuja expectativa de perda é considerada possível. Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de perda dessas ações era considerada provável, no montante de R\$91.

Adicionalmente, em 2021 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2021	2020
Circulante		
ICMS	205	356
COFINS	588	504
PASEP	126	109
Outros	3	3
TOTAL	922	972

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2021	2020
Circulante		
Imposto de Renda	8.812	9.188
Contribuição Social	3.057	3.197
TOTAL	11.869	12.385

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2021	2020
Não Circulante		
Imposto de Renda	4.249	-
Contribuição Social	1.530	-
TOTAL	5.779	-

12. CONCESSÕES A PAGAR

Na obtenção da concessão para construção do empreendimento de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor nominal em 2021	Valor presente em 2021	Período de amortização	Índice de atualização
Baguari (Consórcio)	9.206	3.563	09/2009 a 09/2042	IPCA

A concessão a ser paga ao Poder Concedente prevê parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, é registrada a partir da assinatura do contrato pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes à usina de Baguari em 2021 correspondem a R\$439 (R\$418 em 2020).

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$428 (R\$391 em 2020), valor nominal de R\$454 (R\$414 em 2020).

13. ENCARGOS SETORIAIS

	2021	2020
Circulante		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	19	17
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME	27	28
Pesquisa e Desenvolvimento e Pesquisa Expansão Sistema Energético	833	426
Fundo Nac. Desenvol.Cient.Tecnológico	53	55
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	377	311
CDE sobre P&D	16	-
	1.325	837
Não Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	750	1.115
	<u>2.075</u>	<u>1.952</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$186.573 dividido em 13.078.650.139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e de 13.078.650.139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. (69,38%) e a Furnas Centrais Elétricas S.A. (30,62%).

Acionistas	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cemig GT	9.073.967.466	69,38	9.073.967.466	69,38	18.147.934.932	69,38
Furnas	4.004.682.673	30,62	4.004.682.673	30,62	8.009.365.346	30,62
Total	<u>13.078.650.139</u>	<u>100,00</u>	<u>13.078.650.139</u>	<u>100,00</u>	<u>26.157.300.278</u>	<u>100,00</u>

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2021	2020
Reserva Legal	13.627	11.388
Retenção de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	21.269	15.615
	<u>34.896</u>	<u>27.003</u>

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.239 de reserva legal em 2021, correspondente a 5,00% do lucro apurado no exercício.

A Companhia registrou na conta reservas de lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no estatuto social, no exercício de 2021, no valor de R\$21.269, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2021	2020
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	44.778	32.874
(-) Reserva Legal	(2.239)	(1.644)
	<u>42.539</u>	<u>31.230</u>
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios – 50%	21.270	15.615
Dividendos Adicionais Propostos	21.269	15.615
Total	<u>42.539</u>	<u>31.230</u>

Destinação do resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO, a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$44.778, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.239 para constituição de reserva legal;
- R\$21.270 para pagamento de dividendos estatutários; e,
- R\$21.269 para pagamento de dividendos adicionais.

15. RECEITA

	2021	2020
Suprimento a outras concessionárias (a)	86.844	82.819
Deduções à receita operacional (b)	(10.317)	(10.254)
Receita operacional líquida	<u>76.527</u>	<u>72.565</u>

a) Suprimento a outras concessionárias

	2021	2020
Suprimento a outras concessionárias	83.252	73.104
Suprimento não faturado	670	6.960
Transações com Energia na CCEE	2.922	2.755
Total	<u>86.844</u>	<u>82.819</u>

b) Deduções à receita operacional

	2021	2020
COFINS	6.600	6.372
PIS-PASEP	1.433	1.384
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	183	291
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	306	291
Empresa de Pesquisa e Expansão Sistema Energético - EPE/MME	153	145
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	227	210
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.292	1.561
CDE sobre P&D	123	-
	<u>10.317</u>	<u>10.254</u>

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Serviços de Terceiros (a)	6.574	6.990
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	3.048	6.332
Repactuação do risco hidrológico	2.920	2.794
Depreciação e amortização	11.094	11.026
Encargos Uso Rede Básica de Transmissão	3.275	3.043
Perda estimada (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(14)	-
Provisão (reversão) para contingências	(91)	7
(-) Recuperação de despesas (1)	-	(5.189)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	77	(995)
	<u>26.883</u>	<u>24.008</u>
Custo Total	26.745	30.192
Despesas Operacionais	138	(6.184)
TOTAL	<u>26.883</u>	<u>24.008</u>

(1) Em dezembro de 2020, foi efetuada, pelo Consórcio UHE Baguari, a restituição à Companhia de saldo remanescente de aportes não utilizados para cobertura de despesas, no montante de R\$5.189.

a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Manutenção e Conservação de Instalações	5.410	5.074
Auditoria Externa	38	38
Publicações legais	19	42
Meio Ambiente	93	900
Outros	1.014	936
TOTAL	<u>6.574</u>	<u>6.990</u>

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	4.041	1.658
PASEP e COFINS incidente s/Rec.Financ.	(194)	(106)
Atualização financeira – Repactuação do risco hidrológico	126	592
Outras	5	24
	<u>3.978</u>	<u>2.168</u>
Despesas Financeiras		
Variação monetária e ajuste a valor presente da concessão onerosa	(741)	(515)
Variação monetária P&D e PEE	(64)	(42)
Juros Passivo de Arrendamento	(20)	(25)
Despesas tributárias	(152)	(353)
Variação Monetária provisão condicionantes ambientais	(2.572)	-
Outras	(28)	(17)
	<u>(3.577)</u>	<u>(952)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>401</u>	<u>1.216</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2021
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	67.809
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	23.031
Imposto de Renda e Contribuição Social Despesa Efetiva	23.031
Alíquota Efetiva	34
Corrente	17.100
Diferido	5.931

	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	49.773
Imposto de renda e contribuição social - Despesa nominal - 34%	16.899
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	16.899
Alíquota efetiva	34
Corrente	16.985
Diferido	(86)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controladores								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Operações com energia elétrica (1)	-	-	6	7	-	-	(154)	(166)
Serviços prestados (2)	-	-	-	-	-	-	(691)	(775)
Dividendos	-	-	14.757	10.834	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	1.030	-	-
Furnas								
Circulante								
Operações com energia elétrica (1)	-	-	28	39	-	-	(416)	(450)
Dividendos	-	-	6.513	4.781	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Consórcio Baguari								
Circulante								
Serviços prestados (2)	-	120	131	-	-	689	(131)	-
Custeio de despesas (3)	-	-	-	-	-	-	(9.528)	(4.101)
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (1)	909	429	-	-	8.825	8.410	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (1)	-	-	31	19	-	-	(238)	(197)
FIC Pampulha								
Circulante								
Equivalentes de caixa	2.731	2.104	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	57.535	41.199	-	-	2.241	815	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	11.834	9.264	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS");
- (2) Refere-se a contrato de prestação de serviço de planejamento elétrico e energético, operação remota e de segurança de barragens, nas instalações e redes associadas à usina;
- (3) A Companhia cobre despesas realizadas pelo consórcio, principalmente relacionadas à manutenção e conservação de equipamentos da usina, despesas administrativas, monitoramento dos reservatórios e meio ambiente.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas “Equivalentes de caixa” e “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, de 3,24% em 31 de dezembro de 2021 (1,21% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

Ativos	Nível	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Custo amortizado (1)					
Consumidores e Revendedores	2	10.867	10.867	9.669	9.669
Títulos e Valores Mobiliários	2	<u>36.406</u>	<u>36.406</u>	<u>16.912</u>	<u>16.912</u>
		47.273	47.273	26.581	26.581
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.852	2.852	10.294	10.294
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	3.371	3.371	4.505	4.505
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	23.611	23.611	20.074	20.074
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	5.981	5.981	8.972	8.972
		<u>35.815</u>	<u>35.815</u>	<u>43.845</u>	<u>43.845</u>
		<u>83.088</u>	<u>83.088</u>	<u>70.426</u>	<u>70.426</u>
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(720)	(720)	(1.894)	(1.894)
Concessões a pagar	3	(3.563)	(3.563)	(3.261)	(3.261)
Passivo de arrendamento	2	(148)	(148)	(206)	(206)
		<u>(4.431)</u>	<u>(4.431)</u>	<u>(5.361)</u>	<u>(5.361)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB’s ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixadas						
Concessões a pagar	37	74	325	1.464	2.624	4.524
Pré-fixadas						
Fornecedores	720	-	-	-	-	720
Passivo de arrendamento	7	14	45	58	208	332
TOTAL	764	88	370	1.522	2.832	5.576

Cibele Soares Dias dos Anjos
Diretor Administrativo Financeiro

Luiz Antonio Gouvêa de Albuquerque
Diretor Técnico Comercial

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Baguari Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

Cláudio Rocha Bueno

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Baguari Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Baguari Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baguari Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.


ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

**Demonstrações Financeiras 2021 - Baguari Energia**

CHAVE: B32BC9E89676571A2A9B7D3BBC67B9DF70A8826720152CB08F1F57802ADBE5F6

 Carimbo do Tempo homologado pela ICP-Brasil

Assinaturas

Luiz Antonio Gouvêa de Albuquerque

albuquerque@sefac.com.br

Assinado em: 23/05/2022 20:04:06 (BRT)

IP: 179.126.60.205

Assinatura Eletrônica
23/05/2022 22:52 UTC

 *Luiz Antonio Gouvea de Albuquerque*

762.***.***-53
Luiz Antonio Gouvêa de Albuquerque

Cibele Soares Dias dos Anjos

cibeles@cemig.com.br

Assinado em: 23/05/2022 15:59:15 (BRT)

IP: 201.17.158.130

Geolocalização: -19.9360512, -43.9517184

Assinatura Eletrônica
23/05/2022 18:59 UTC

 *Cibele Soares Dias dos Anjos*

544.***.***-87
Cibele Soares Dias dos Anjos

Mário Lúcio braga

mmario@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 15:00:28 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9293351, -43.950534

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 17:59 UTC

 *Mário Lúcio Braga*

469.***.***-53
Mário Lúcio braga

José Guilherme Grigolli Martins

jose.martins@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 13:46:50 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9295422, -43.9516636

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 16:46 UTC

 *José Martins*

296.***.***-77
José Guilherme Grigolli Martins

Eventos da coleta

Criação	19/05/2022 11:56:36 (BRT)
Conclusão	23/05/2022 20:04:06 (BRT)